

HABEAS CORPUS Nº 568.123 - SC (2020/0072984-5)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : OSVALDO JOSE DUNCKE
ADVOGADO : OSVALDO JOSE DUNCKE - SC034143
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : FERNANDO BECKER (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **FERNANDO BECKER**, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

A defesa impetrou *habeas corpus* originário, pleiteando a substituição da segregação cautelar do paciente por prisão domiciliar, tendo em vista seu enquadramento no "grupo de risco" do novo coronavírus (é portador de HIV e tuberculose).

Em regime de plantão, a liminar foi indeferida por Desembargador do TJSC, nos termos da decisão de fls. 60-61 (e-STJ).

Neste *writ*, o impetrante renova a pretensão, afirmando a imprescindibilidade da autorização de prisão domiciliar ao paciente, ao menos enquanto perdurarem os efeitos da pandemia, ante o risco de vida em caso de infecção pelo COVID-19.

Requer, inclusive liminarmente, a concessão da ordem para substituir a prisão preventiva por prisão domiciliar.

É o relatório.

Decido.

Esta Corte possui entendimento pacificado no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra decisão que indefere pedido liminar, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão impugnada (Súmula 691/STF).

Sobre o tema, os seguintes precedentes:

"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO INDEFERIDA LIMINARMENTE. SÚMULA 691/STF. AUSÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE. PLEITO DE APRESENTAÇÃO DE MEMORIAIS ESCRITO E NO PRAZO RAZOÁVEL. ALEGADA COMPLEXIDADE DO FEITO. TEMA A SER EXAMINADO PELO JUÍZO PROCESSANTE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível habeas corpus contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade, o que não ocorre na espécie. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. Na espécie, o Juízo de 1º grau, explicitamente, afastou a necessidade de apresentação das alegações finais por escrito, ao afirmar que não se tratava de feito complexo, bem como o número de acusados fora reduzido com o desmembramento da ação penal. Assim, modificar tal entendimento demandaria incursão no acervo probatório dos autos, inviável na sede eleita. Impossibilidade de

superação do enunciado sumular 691/STF.

3. Por outro lado, nada impede que o Juízo Processante, ao final da instrução e pela proximidade com os fatos, possa reavaliar o pleito defensivo de apresentação de alegações finais por escrito, momento em que examinará a verdadeira complexidade do feito, lembrando-se que o cumprimento do princípio constitucional da duração razoável do processo (art. 5º, LXXVIII, da CF) não pode sobrepor às garantias constitucionais do cidadão no processo penal, em especial o respeito ao contraditório e à ampla defesa (art. 5º, LV, da CF).

4. Agravo regimental improvido."

(AgRg no HC 495.211/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 21/03/2019, DJe 29/03/2019, grifou-se.)

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO INDEFERITÓRIA DE LIMINAR EM OUTRO HABEAS CORPUS NA ORIGEM, AINDA NÃO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO DA SÚMULA N.º 691 DA SUPREMA CORTE. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Não se admite habeas corpus contra decisão denegatória de liminar proferida em outro writ na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância. Súmula n.º 691/STF.

2. No caso, não se constata ilegalidade patente que autorize a mitigação da Súmula n.º 691 da Suprema Corte, tendo em vista que foi demonstrada a necessidade de manutenção da segregação cautelar, em virtude da "participação ativa do paciente na quadrilha voltada ao tráfico de entorpecentes, com a qual foi apreendida mais de 01 (uma) tonelada de cocaína, figurando o paciente na ORCRIM como piloto da aeronave".

3. Conforme orientação desta Corte, a quantidade e a natureza da droga apreendida, bem como a necessidade de se interromper as atividades de organização criminosa, são circunstâncias aptas a justificar a segregação provisória.

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no HC 496.205/MT, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 19/03/2019, DJe 01/04/2019, grifou-se.)

A propósito, a decisão recorrida apresenta suficiente fundamentação em sede de liminar. Confira-se:

"O impetrante quer a prisão domiciliar do paciente porque é doente e a patologia lhe traz riscos adicionais por conta da atual pandemia que tem assolado os povos.

Saliento que a pretensão ora lançada foi indeferida recentemente na origem nestes termos:

Por outro lado, em relação ao acusado Fernando Becker, embora portador de HIV e tuberculose, conforme documentos de págs. 9.732-9.735, não há prova nos autos de que o acusado estaria impossibilitado de receber tratamento adequado no estabelecimento prisional. (...) Além disso, a situação dos referidos denunciados é divergente de outros réus que obtiveram a prisão domiciliar, tendo em vista que, numa análise perfunctória, ainda subsistem os

requisitos ensejadores da manutenção da custódia cautelar, diante também dos elementos colhidos durante a instrução processual, além dos acusados serem reincidentes. Importante registrar, também, que a mera alegação de que os acusados são portadores de doenças enquadradas no grupo de risco do Covid-19, não é motivo suficiente para concessão da prisão domiciliar de forma automática, devendo estes preencherem os requisitos necessários para o deferimento do benefício, o que, conforme fundamentado acima, não é o caso dos autos. Destaco, ainda, que os acusados não se enquadram em quaisquer das hipóteses legais autorizadores do benefício da prisão em regime domiciliar, conforme dispõe o art. 318 do Código de Processo Penal.

Ontem, para o mesmo impetrante, concedi liminar em caso excepcionalíssimo em que o Deap aparentemente recomendava, ao que constava, o afastamento do cárcere.

Isso não pode em hipótese alguma ser tomado como uma regra geral para todo e qualquer caso! A presença do coronavírus não representa uma ordem de liberdade irrestrita, como inclusive decidiu o Plenário do STF nesta semana.

Aqui não há nada que recomende a distinção feita. Fala-se em doença que o colocaria em "grupo de risco".

Não há menção alguma, porém, atestando a real necessidade de afastamento imediato. Absolutamente nada, para ser insistente, colocando inclusive em dúvida o acionamento do regime de plantão.

Liminar em habeas corpus, como se sabe, só é passível de deferimento em casos muito restritos. Não é, repito, o que ocorre aqui. O paciente deve aguardar, como de regra, a ulterior análise pelo relator, se antes não houver deliberação pelo coator quanto ao pleito que traz neste writ." (e-STJ, fls. 60-61)

Finalmente, registro que o Supremo Tribunal Federal, pela voz do ilustre Ministro MARCO AURÉLIO, em decisão recentíssima, conclamou os Juízes a atender pleitos como o presente. Ocorre que o Pleno do STF não chancelou tal orientação. Como se pode ler no próprio sítio eletrônico da Corte (<http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=439697&ori=1>), acerca de pedido do Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD) para prevenir a propagação do novo coronavírus no sistema de justiça penal e socioeducativo, onde se pleiteara, entre outras coisas, o livramento de presos de mais de 60 anos, e a autorização para que aqueles com HIV, tuberculose, câncer, diabetes e doenças respiratórias, cardíacas e imunodepressoras cumpram prisão domiciliar:

"Em decisão assinada na terça-feira (17), o ministro Marco Aurélio, relator da ação, negou seguimento ao pedido sob o entendimento de que, do ponto de vista formal, o IDDD não é parte legítima (...). Entretanto, o ministro decidiu, de ofício (iniciativa própria), conclamar os juízes de Execução Penal a adotarem junto à população carcerária procedimentos preventivos do Ministério da Saúde para evitar o avanço da doença dentro dos presídios. Essa decisão foi levada a referendo do Plenário na sessão de hoje (18).

Por unanimidade, os ministros acompanharam o entendimento do

Superior Tribunal de Justiça

relator sobre a ilegitimidade de amicus curiae para requerer medida cautelar. Porém, **divergiram quanto a recomendação aos juízes de execução penal**. O ministro Alexandre de Moraes, que abriu a divergência, destacou que, para evitar a disseminação do novo coronavírus nas prisões, o CNJ **recomendou a análise de situações de risco caso a caso**. A divergência foi seguida pelos ministros Edson Fachin, Roberto Barroso, Rosa Weber, Luiz Fux, Cármen Lúcia, e Dias Toffoli. O ministro Gilmar Mendes acompanhou o relator na concessão de ofício das sugestões." (Grifou-se).

No caso dos autos, portanto, não se verifica a ocorrência de flagrante ilegalidade na decisão impugnada, de modo a justificar o processamento da presente ordem.

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** o *habeas corpus*.

Publique-se. Intime-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Sem recurso, arquivem-se os autos.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator